

Título do Projeto:

Assimetrias Federativas em Tempos de COVID-19:

Diagnósticos e Impactos da Recomendação 62 do Conselho Nacional de Justiça nos Estados do Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul

Coordenador:
Roberto Kant de Lima

Equipe:

André Luiz Faisting (PPGS-UFGD)

Michel Lobo Toledo Lima (PPGD-UVA)

Pedro Heitor Barros Geraldo (PPGJS-UFF)

Rafael Mario Iorio Filho (PPGD-UVA)

Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo (PPGCCrim/PUC-RS)

SEMINÁRIO MARCO ZERO

Edital 12/2021 – Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG) –
Impactos da Pandemia

***Introdução:** O coordenador do projeto possui graduação em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1968), mestrado em Antropologia Social pelo Museu Nacional UFRJ (1978), doutorado em Antropologia pela Harvard University (1986), pós-doutorado na University of Alabama at Birmingham (1990) e em Hastings College of the Law, UCSF, San Francisco, USA (2011-2012). Atualmente é professor do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Veiga de Almeida, do Programa de Pós-Graduação em Antropologia e do Mestrado em Justiça e Segurança, ambos da Universidade Federal Fluminense. É Membro Titular da Academia Brasileira de Ciências, Comendador da Ordem Nacional do Mérito Científico do Governo do Brasil e Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 1^a.

É também coordenador do Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos (INCT-InEAC), com projeto aprovado na Chamada Nº 16/2014 INCT/MCT/CNPq/CAPES/FAPs do Programa Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia/CNPq, sendo resultado de articulação de uma rede nacional e internacional de instituições de ensino, pesquisa e extensão, reunidos há 13 anos no Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia/Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos (INCT/In-EAC), inicialmente aprovado, em abril de 2009, na Chamada Nº 15/2008 MCT/CNPq/FNDCT/CAPES/FAPEMIG/FAPERJ/FAPESP/ Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia. Esse programa é consolidado e ampliado no sentido de promover ainda mais o trabalho de interlocução, inédito no Brasil, entre as ciências sociais e as ciências sociais aplicadas, especialmente entre a Antropologia e o Direito. A rede reunida nesse projeto integra instituições, grupos de pesquisa e programas de pós-graduação de seis estados brasileiros (RJ, MG, SP, RR, RS, SC) e do DF e seis países além do Brasil (Canadá, Argentina, França, Estados Unidos, Portugal, Suíça, Peru).

A equipe do projeto também faz parte dessa rede do INCT-InEAC.

Objetivos

Edital 12/2021 – Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG) – Impactos da Pandemia

Descrição do Projeto: Mapeamento comparativo sobre as atuações dos Tribunais de Justiça do Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul sobre a Recomendação n. 62 do Conselho Nacional de Justiça, que estabeleceu medidas preventivas contra a propagação da COVID-19 nos sistemas prisional e socioeducativo.

Problema: Partindo da hipótese de que a sociedade brasileira se estrutura de forma hierarquizada, reproduzindo um ethos aristocrático em contraposição a uma ordem republicana, podemos reconhecer que, no plano jurídico, a desigualdade se opera a priori e em dois níveis: no aspecto normativo – por meio da elaboração das leis – e na administração dos conflitos, quando da aplicação das leis, especialmente pelo Judiciário. Dessa forma, problematizamos o modo como as instituições judiciárias internalizam e (re)produzem desigualdades jurídicas – o que se tornou mais evidente com a pandemia da Covid-19 e suas consequências para a esfera de direitos dos brasileiros. Para tanto, a proposta de projeto de pesquisa visa descrever e analisar como se dá o tratamento desigual na apreciação de pedidos de liberdade de réus presos em razão da pandemia da Covid-19, para os casos de furto, roubo e tráfico de drogas, nas cidades de Campo Grande, Porto Alegre e Rio de Janeiro, capitais dos estados de Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, respectivamente.

O recorte temporal de análise é, inicialmente, de 2015 a 2022, comparando as concessões, ou não, de *habeas corpus*, assim como os desdobramentos das audiências presenciais e virtuais de custódia, em uma comparação entre períodos anteriores, durante e posteriores à pandemia que foi oficialmente reconhecida no Brasil por meio do Decreto Legislativo no 6 de 18 de março de 2020. O atual contexto da pandemia, especialmente em razão de seus altos índices de contágio, potencializou o risco sanitário para aquelas pessoas em estado de privação de liberdade, já que os presídios no Brasil, assim como em muitas outras partes, não têm condições de assegurar as medidas recomendadas e necessárias para evitar a transmissão e contaminação pelo vírus. Tanto é que o Conselho Nacional de Justiça, órgão incumbido pela Constituição brasileira de zelar e promover o controle e a transparência administrativa e processual, no Poder Judiciário brasileiro, com base nas posições públicas assumidas pela Organização Mundial da Saúde, expediu, em março de 2020, a Recomendação n. 62, destinada aos juízes e tribunais no sentido da “adoção de medidas preventivas à propagação da infecção pelo novo Coronavírus no âmbito dos sistemas de justiça penal e socioeducativo”, inclusive no sentido de reavaliar as prisões provisórias nesse contexto. A partir desta recomendação, vários pedidos de liberdade provisória ou de comutação de regime de cumprimento de pena foram formulados perante os juízos competentes, no intuito de assegurar ao preso interessado sua saúde e liberdade, que por algumas vezes foram concedidos e por muitas outras, não, sem que da leitura das peças processuais se possa ao certo identificar os critérios explícitos nem os elementos objetivos que levaram à decisão de soltura e que deveriam ser aplicados em situações análogas se a igualdade de tratamento para casos semelhantes fosse um vetor interpretativo por si só.

Para enfrentar tal problema, a proposta de projeto de pesquisa visa descrever e analisar como se dá o tratamento desigual na apreciação de pedidos de liberdade de réus presos em razão da Covid-19, para os casos de furto, roubo, tráfico e homicídio, em Campo Grande, Porto Alegre e Rio de Janeiro, capitais dos Estados de Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, respectivamente. O recorte temporal de análise é de 2015 a 2022, comparando as concessões, ou não, de *habeas corpus*, assim como os desdobramentos das audiências presenciais e virtuais de custódia, em uma comparação entre períodos anteriores, durante e posteriores a pandemia.

Para verificar a hipótese apresentada, e partindo de constatação empírica exploratória apresentada, serão usados métodos qualitativos e quantitativos de análise.

- a. Análise Qualitativa** O presente projeto partirá da realização de entrevistas informais para identificação e observação das práticas dos agentes do Judiciário e demais envolvidos na administração da justiça criminal que administram e julgam casos em audiências de custódia e de habeas corpus ao longo dos seus processamentos jurídicos penais (agentes e autoridades do Ministério Público, da Defensoria e da Magistratura) nas suas rotinas cotidianas de atuação. A realização de entrevistas presenciais e/ou remotas, permitirá analisar a relação entre produção decisória e cumprimento da Recomendação 62 do Conselho Nacional de Justiça, bem como os seus usos nos processos de construção de verdade jurídica e judicial em casos envolvendo furtos, roubos, tráfico de drogas e homicídio a partir da avaliação da participação e interação entre os agentes, para as diferentes etapas do fluxo do processo criminal em suas etapas procedimentais e processuais judiciais. Além das entrevistas para descrição das práticas, o foco nos habeas corpus e nas audiências de custódia demanda que analisemos a constituição dos próprios arquivos de processo e outros documentos judiciais, pensados e tomados como campo, isto é, dando atenção aos sentidos levados a cabo pelo ato de documentar (Vianna, 2014), de modo a compreendê-los em razão da sua produção. Com isso, pretendemos pensar como esses documentos são produzidos e transacionados em e através de burocracias, constituindo as tramas pelas quais órgãos, decisões e políticas públicas ganham sentido e visibilidade na vida social.
- b. Construção e Análise de Dados Quantitativos:** A construção de dados gerais privilegiará bancos de dados quantitativos abertos e, portanto, facilmente disponíveis para quaisquer cidadãos ou administradores, tendo em vista que a construção de indicadores pressupõe a utilização de dados com suporte periódico, metódico e de fácil acesso. Nesse sentido, Aaron Cicourel (1998) dispõe que os registros quantitativos das instituições policiais e judiciais podem revelar mais sobre suas práticas do que sobre os fatos os quais tais instituições pretendiam quantificar. Sob essa abordagem, teremos como fontes para a análise de dados quantitativos os seguintes bancos de dados públicos:
- b.1)** Dados de criminalidade no Rio de Janeiro: disponíveis no site do Instituto de Segurança Pública (<https://www.isp.rj.gov.br:4431>);
 - b.2)** Dados de criminalidade do Mato Grosso do Sul: serão solicitados para a SEJUSP (Secretaria de Segurança Pública do Mato Grosso do Sul), assim como para o Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul, Ministério Público do Mato Grosso do Sul e Defensoria Pública do Mato Grosso do Sul.
 - b.3)** Dados socioeconômicos e demográficos: disponíveis no site do IBGE (<https://www.ibge.gov.br>) e do IPEA (<http://www.ipeadata.gov.br>);
 - b.4)** Dados sobre a divisão administrativa e demográficos da cidade do Rio de Janeiro: disponíveis no site do DATARIO (<https://www.data.rio>);
 - b.5)** Dados sobre jurisprudência e andamentos processuais judiciais: disponíveis no site JusBrasil (<https://www.jusbrasil.com.br/>), no site do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (<http://www4.tjrj.jus.br/ejuris/ConsultarJurisprudencia.aspx>); e no site do Superior Tribunal de Justiça (<https://scon.stj.jus.br/SCON/>).
 - b.6)** Dados sobre Estatísticas Vitais do Sistema Informatizado do Sistema Único de Saúde: disponível em DATASUS (<https://datasus.saude.gov.br/informacoes-de-saude-tabnet/>).
 - b.7)** Dados de criminalidade no Rio Grande do Sul: disponíveis no site do Instituto de Segurança Pública (<https://ssp.rs.gov.br/estatisticas>).

Resultados esperados durante a execução do projeto

Tipo de Impacto Esperado	
Formação	Elaboração de obras coletivas que apresentarão os dados e análises da pesquisa, sendo este um indicadores de efeito primário e a curto prazo do projeto.
Formação	Formação de mestres e doutores nas diversas áreas de conhecimento dos PPG envolvidos (impacto primário, com efeito de longo prazo, sendo este um indicadores de efeito primário e a longo prazo do projeto.
Ciência	Elaboração e manutenção de site para a divulgação e hospedagem dos resultados da pesquisa, sendo este um indicadores de efeito primário e a longo prazo do projeto. Os resultados parciais estão no site do INCT-InEAC: https://www.ineac.uff.br/
Tecnologia	Fornecimento de subsídios para elaboração de políticas públicas criminais e de saúde legisladas e suas aplicações pelo Poder Judiciário (tecnologia social), sendo este um indicadores de efeito secundário e de



Conclusão

Edital 12/2021 – Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG) – Impactos da Pandemia

Resultados parciais, atividades em andamento e projeções para o futuro:

1) Mesa-redonda no 46º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais - 13/10/2022

Desigualdade de tratamento em tempos de covid-19: diagnósticos e impactos da recomendação 62 do conselho nacional de justiça.

Mesa Redonda 16 – Virtual - 13/10/2022 - 9h30 às 11h

Desigualdade de tratamento em tempos de covid-19: diagnósticos e impactos da recomendação 62 do conselho nacional de justiça



Resumo

Partindo da hipótese de que a sociedade brasileira se estrutura de forma hierarquizada, reproduzindo um ethos aristocrático em contraposição a uma ordem republicana, podemos reconhecer que, no plano jurídico, a desigualdade se opera em dois níveis: no aspecto normativo – por meio da elaboração das leis – e na administração dos conflitos, quando da aplicação das leis, especialmente pelo Judiciário. Dessa forma, problematizamos o modo como as instituições judiciais internalizam e (re)produzem desigualdades jurídicas – o que se tornou mais evidente com a pandemia de Covid-19 e suas consequências para a esfera de direitos dos brasileiros. Para tanto, a proposta dessa mesa redonda se inspira em projeto de pesquisa em andamento aprovado pela chamada CAPES IMPACTOS DA PANDEMIA – intitulado Assimetrias Federativas em Tempos de COVID-19: Diagnósticos e Impactos da Recomendação 62 do Conselho Nacional de Justiça – que visa descrever e analisar como se dá o tratamento desigual na apreciação de pedidos de liberdade de réus presos em razão da pandemia da Covid-19.

Participantes

Roberto Kant de Lima (UFF)
Bárbara Gomes Lupetti Baptista (UFF e UVA)
Marcelo da Silveira Campos (UFJF)
Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo (PUCRS)
Michel Lobo Toledo Lima (PPGD-UVA e INCT-InEAC/UFF)

Mais Informações:

<https://www.encontro2022.anpocs.com>

Conclusão

Resultados parciais, atividades em andamento e projeções para o futuro:

2) Grupo de Trabalho - Desvelando O Direito Brasileiro: As Rupturas e as Continuidades Impostas Pela Pandemia Da Covid-19, no IX SEMINÁRIO INTERNACIONAL DO INCT-INEAC, de 25 a 26 de outubro.

SEMINÁRIO MARCO ZERO

Edital 12/2021 – Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG) – Impactos da Pandemia

IX SEMINÁRIO INTERNACIONAL
DO INCT/INEAC

DIREITOS, DESIGUALDADES E CIÊNCIA
os impactos da pandemia em perspectiva comparada
DE 25 A 26 DE OUTUBRO DE 2022

Prazo de recepção dos resumos dos trabalhos
Até o dia 25 de setembro para:
rafa.ioriofilho@gmail.com e
michell_lobo@hotmail.com

**GT 01 - DESVELANDO O
DIREITO BRASILEIRO:
AS RUPTURAS E AS
CONTINUIDADES
IMPOSTAS PELA
PANDEMIA DA COVID-19**

Coordenadores: Rafael Mario Iorio Filho
Maria Stella Faria de Amorim,
Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo e Fernanda Duarte

Debatedores:

25/10 tarde - Fernanda Duarte (UNESA e UFF) e Bárbara Lupetti (UVA e UFF)
26/10 manhã - Klever Paulo (UCP) e Rafael Iorio (UVA e UFF)
26/10 tarde- Michel Lobo (UVA) e Rodrigo Azevedo (PUC/RS)

Mais informações em <https://www.ineac.uff.br>
ou <http://ixseminariodoineac.com>

Conclusão

Edital 12/2021 – Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG) –
Impactos da Pandemia

Resultados parciais, atividades em andamento e projeções para o futuro:

3) Publicações em coletânea:

“FARINHA POUCA, MEU PIRÃO PRIMEIRO”: A CORRIDA POR PRIVILÉGIOS NO CENÁRIO DA PANDEMIA DA COVID-19

Bárbara Gomes Lupetti Baptista, Fernanda Duarte, Michel
Lobo Toledo Lima, Rafael Mario Iorio Filho e Roberto Kant de Lima

GARANTIAS DE QUEM? O JUIZ DE GARANTIAS E AS GARANTIAS DOS JUÍZES

Roberto Kant de Lima e Pedro Heitor Barros Geraldo

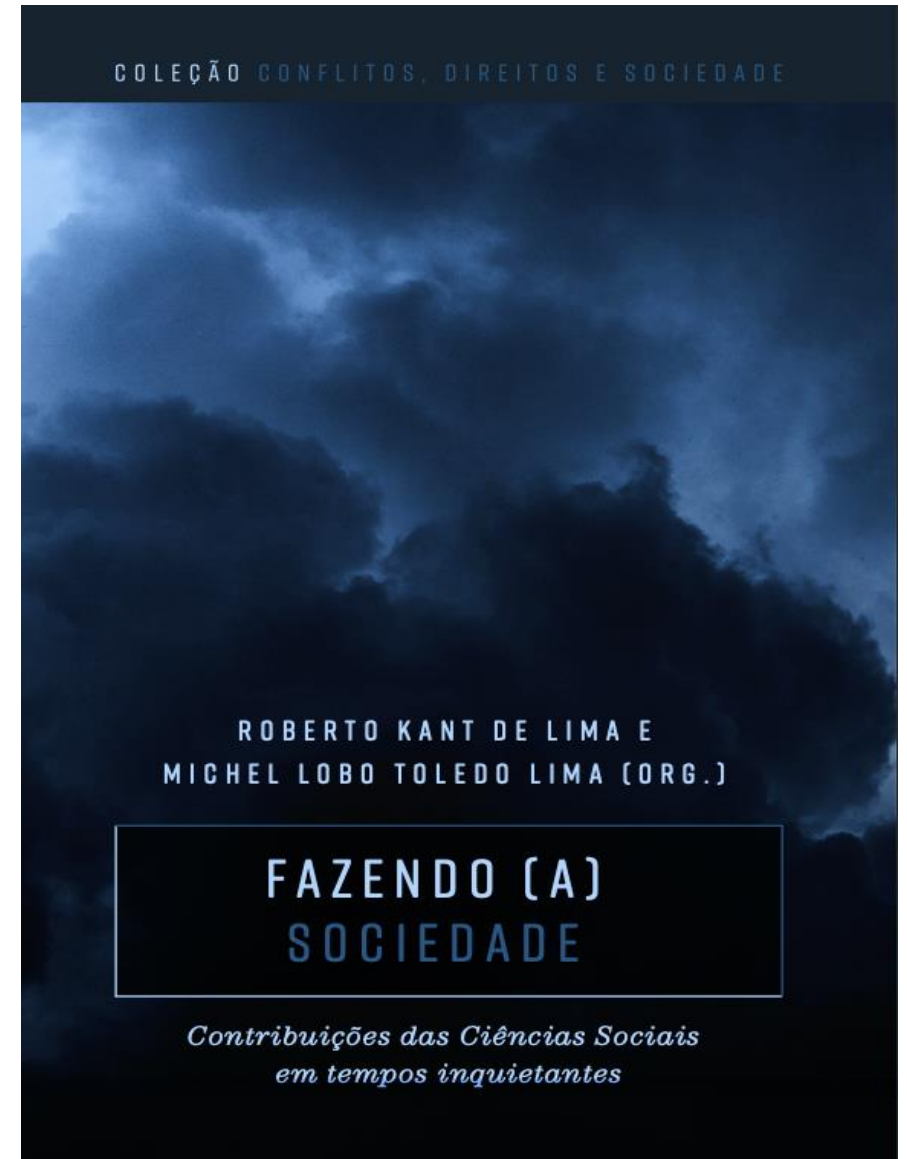
LIBERDADES E IGUALDADES EM TEMPOS DE CORONAVIRUS

Roberto Kant de Lima, Pedro Heitor Barros Geraldo e Fabio Reis Mota

MORO “ATRAVÉS DO ESPELHO” (DO STF): O HC 164.493/PR E A SUSPEIÇÃO DO EX-JUIZ

Bárbara Gomes Lupetti Baptista

Link para o Blog do O Globo: <https://blogs.oglobo.globo.com/ciencia->



Resultados parciais, atividades em andamento e projeções para o futuro:

4) Distribuição de bolsas (formação de recursos humanos):

4.1) 1 bolsa de mestrado no PPGD/UVA

Título (provisório): A Audiência De Custódia: Direito Do Preso, Dever Do Estado?

Discente: Robson Paulo Alves Carreira

4.1) 1 bolsa de doutorado no PPGD/UVA

Título (provisório): “A polícia prende e a Justiça solta”: uma análise do encarceramento feminino no Rio de Janeiro.

Discente: Karolynne Gorito De Oliveira

4.3) 1 bolsa de doutorado no PPGCCrim/PUC-RS

Título (provisório): O Impacto Da Pandemia Para A Maternidade No Cárcere: Aportes e Perspectivas Sobre a Recomendação 62 Do Conselho Nacional de Justiça Para Além Da Prisão Domiciliar

Discente: Ana Carolina da Luz Proença

E outras em implementação nesse mês de agosto.

Obrigado(a)!